



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

**CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,
POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE
POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE
RACIAL – SEPPIR, E O DISTRITO FEDERAL, PARA
OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Processo nº 00041.000643/2012-19
Convênio SICONV nº 769447/2012

A União, por intermédio da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial-SEPPIR/PR, com sede em Brasília/DF, situada na Esplanada dos Ministérios, Bloco “A”, 9º andar, Brasília/DF, inscrita no CNPJ sob o nº 06.064.438/0001-10, doravante denominada **CONCEDENTE**, neste ato representada pela Ministra **LUIZA HELENA DE BAIRROS**, brasileira, nomeada pelo Decreto S/Nº de 01/01/2011, publicado em Edição Especial no Diário Oficial da União, RG nº 6.004.927 SSP/BA, CPF nº 237.846.100-30, residente em Brasília/DF, e o **DISTRITO FEDERAL**, com sede ao Anexo do Palácio do Buriti 10º andar Sala 1032, Eixo monumental – Brasília/DF, CEP: 70.075-900, inscrita no CNPJ sob nº 00.394.601/0001-26, neste ato representada por seu Governador, **AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO**, CPF nº 196.676.555-04, RG nº 1381070 SSP/BA, residente e domiciliado ao Anexo do Palácio do Buriti 10º andar Sala 1032, Eixo monumental – Brasília/DF, CEP: 70.075-900, doravante denominada **CONVENIENTE**, resolvem celebrar o presente Convênio, sujeitando-se aos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, no que couber, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, bem como do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986, do Decreto nº 6.170/2007, da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, e de conformidade com o Processo acima referenciado, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente Convênio tem por objeto o apoio financeiro ao Projeto “Apoiar as atividades da Secretaria Especial da Promoção da Igualdade Racial do DF, por meio da sua estruturação, divulgar os marcos regulatórios do SINAPIR ao viabilizar ações dessa secretaria junto às organizações e lideranças negras em 8 (oito) regiões administrativas do Distrito Federal”, conforme Plano de Trabalho e Termo de Referência elaborados e aprovados, que passam a fazer parte do presente instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES DOS PARTICIPES

I - Compete a CONCEDENTE:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- a) efetuar a CONVENIENTE a transferência dos recursos financeiros, previstos para a execução deste Convênio, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho;
- b) prorrogar “de ofício”, a vigência do Convênio quando houver atraso na liberação dos recursos, no prazo máximo ao exato período do atraso;
- c) aprovar, excepcionalmente, a alteração da programação da execução deste Convênio, mediante proposta da CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem;
- d) exigir que a implementação do objeto deste Convênio guarde conformidade com as exigências descritas no Plano de Trabalho;
- e) supervisionar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e seus reflexos, podendo assumir ou transferir a responsabilidade da execução no caso de paralisação ou fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços conveniados;
- f) analisar a prestação de contas final dos recursos da União alocados ao Convênio, bem como os da contrapartida (se houver) e os provenientes de rendimentos da aplicação no mercado financeiro;
- g) dar ciência da celebração do Instrumento à Câmara Distrital da CONVENIENTE, facultada a comunicação por meio eletrônico, no prazo de até dez dias, na forma do art. 48 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011, e suas alterações posteriores;
- h) disponibilizar na INTERNET informações contendo data de assinatura do Convênio, nome da CONVENIENTE, objeto, valor liberado e vigência;
- i) a execução do presente convênio será acompanhada por representante da CONCEDENTE registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionada à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias à regularização das falhas observadas.
- j) aprovar o Plano de Trabalho, Cronograma de Execução Físico-Financeira e as Prestações de Contas necessários à execução do objeto deste Convênio;
- k) exercer autoridade normativa, controle e fiscalização sobre a execução deste convênio.

II - Compete a CONVENIENTE:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- a) executar, direta ou indiretamente, as atividades necessárias à consecução do objeto a que alude este Convênio, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos no cronograma físico;
- b) aplicar os recursos financeiros de que trata este Convênio, na conformidade do Plano de Trabalho e, exclusivamente, no cumprimento do seu objeto;
- c) movimentar os recursos financeiros liberados pela CONCEDENTE, inclusive a contrapartida em conta vinculada a este Convênio, junto ao **Banco do Brasil, agência 3475-4**, em conta corrente a ser aberta automaticamente pelo sistema SICONV.
- d) aplicar os recursos de contrapartida, descritos na Cláusula Quarta, conforme cronograma de desembolso, efetuando o depósito desta, no caso de recursos financeiros, na conta vinculada descrita na cláusula segunda, inciso II, alínea "c";
- e) não utilizar os recursos recebidos da CONVENIENTE em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio, ainda que em caráter de emergência;
- f) apresentar relatórios de execução físico-financeira e prestar contas dos recursos recebidos, com observância do prazo e na forma descrita na Cláusula Décima Terceira deste Instrumento, em função da forma de liberação dos recursos ou quando for solicitada, a qualquer momento, a critério da CONCEDENTE;
- g) responsabilizar-se por todos os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrente dos recursos humanos utilizados na execução do objeto deste Convênio, bem como, por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o presente Instrumento;
- h) elaborar todos os documentos necessários à implementação das atividades, de conformidade com a legislação aplicável;
- i) recolher à conta da CONCEDENTE o valor atualizado monetariamente da contrapartida pactuada quando não comprovar a sua aplicação na consecução do objeto do Convênio;
- j) recolher à conta da CONCEDENTE o valor correspondente a rendimento da aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação dos recursos e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha feito aplicação;
- k) observar, na aquisição e/ou contratação de bens, obras e serviços vinculados à execução do objeto deste convênio, os procedimentos previstos nos arts. 56, 57, 58, 59, 60 e 61 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507/2011 e demais normas correlatas.
- l) primar pela qualidade técnica na execução do Convênio;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

m) designar um Ordenador de Despesa e se for o caso, um servidor com a função de Responsável Técnico, e encaminhar a CONCEDENTE, as cópias do ato de designação, no prazo de 15 dias contados da data de publicação deste Instrumento;

n) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste Convênio, para fins de fiscalização, de acompanhamento e de avaliação dos resultados obtidos;

o) promover a divulgação das ações objeto deste Convênio citando obrigatoriamente a participação da CONCEDENTE nos trabalhos;

p) elaborar e submeter à CONCEDENTE, quando exigida, a relação dos recursos humanos e materiais, necessários à consecução do objeto deste Convênio;

q) permitir o livre acesso de servidores do Tribunal de Contas da União, do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR/PR, a qualquer tempo e lugar, a todos os atos administrativos e aos registros dos fatos relacionados direta ou indiretamente com o instrumento pactuado, assim como às obras e serviços objeto do Convênio, quando em missão de fiscalização e auditoria;

r) facilitar a supervisão e a fiscalização da CONCEDENTE, permitindo-lhe efetuar acompanhamento *in loco* e fornecendo, sempre que solicitado às informações e os documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à licitação e aos contratos;

s) manter os documentos relacionados ao convênio pelo prazo de 10 (dez) anos, a contar do término da vigência do convênio;

t) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24/11/2011, mantendo-os devidamente regularizados;

u) registrar obrigatoriamente as informações referentes às Cotações Prévias realizadas e aos contratos administrativos celebrados para aquisição de bens e serviços necessários a fim de executar o objeto pactuado, no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, no prazo de até 20 (vinte) dias após a realização dos referidos procedimentos;

v) dar ciência da celebração do Convênio ao Conselho local ou instância de controle social, se houver, responsável pela política pública onde será executada a ação, na forma do art. 49 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011, e suas alterações posteriores;

w) adotar todas as medidas necessárias à correta execução deste Convênio.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

x) incluir nas especificações para aquisição de bens, contratação de serviços e obras os critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas, mantendo observância ao disposto nos artigos 2º a 6º da Instrução Normativa – SLTI/MPOG nº 01, de 19/01/2010, no que couber; e

y) a CONVENIENTE se obriga ao uso do pregão, preferencialmente na forma eletrônica, e quando não couber, presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520/2002, do Decreto nº 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF nº 217, de 31/7/2006, publicada no Diário Oficial da União, de 1º de agosto de 2006, observando-se o prazo limite estabelecido no artigo 2º da citada portaria.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, GERENCIAMENTO E FISCALIZAÇÃO.

O acompanhamento e fiscalização da execução do presente convênio será feito por intermédio:

I - relatório trimestrais que deverão ser encaminhados pela CONVENIENTE e incluídos no SICONV;

II - orientação e acompanhamento que será desenvolvido pelo (a) técnico (a) parecerista da Concedente, senhor (a) Verônica Lemos de Oliveira Maia, sem restrições para outros técnicos desta SEPPIR;

III - participação de técnico da Concedente em eventos a serem realizados no convênio, conforme Plano de Trabalho.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Toda e qualquer ação que envolva visita técnica, participação em eventos ou congêneres deverá, obrigatoriamente, resultar na produção de Relatório de Monitoramento in loco, a ser juntado ao processo em epígrafe.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Será facultado à CONCEDENTE fiscalizar a execução deste convênio, por intermédio de sua auditoria, emitir parecer e propor a adoção das medidas que julgar cabíveis.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONCEDENTE, no exercício das atividades de acompanhamento e fiscalização da execução do objeto, como base no disposto do art. 67 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011, poderá:

a) valer-se de apoio técnico de terceiros;

b) delegar competência ou firmar parcerias com outros órgãos ou entidades que situem próximos ao local da aplicação dos recursos, com tal finalidade; e

c) reorientar ações e decidir quanto à aceitação de justificativas sobre impropriedades identificadas na execução do instrumento.

PARÁGRAFO QUARTO. Fica assegurado à CONCEDENTE o direito de examinar *in loco* bens adquiridos, bem como fiscalizar locais de trabalho, construções e demais



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

produtos pertinentes à execução do convênio e todos os trabalhos e ações desenvolvidas para a consecução do objeto deste Instrumento, contando para isso com o seu corpo técnico, especializados e outros por ele designados.

PARÁGRAFO QUINTO. A CONCEDENTE incluirá no SICONV relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução deste convênio, contemplando a verificação quanto: à boa e regular aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável; a compatibilidade entre a execução do objeto, o que foi estabelecido no plano de trabalho e os desembolsos e pagamentos, conforme os cronogramas apresentados; o cumprimento das metas do plano de trabalho nas condições estabelecidas; comprovação da contrapartida pactuada e cumprimento das exigências para contratação e pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO. Além do acompanhamento de que trata o § 2º do art. 67 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, a Controladoria Geral da União-CGU realizará auditorias periódicas nos instrumentos celebrados pela União.

PARÁGRAFO SÉTIMO. É prerrogativa da CONCEDENTE conservar a autoridade normativa, exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, bem como de assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer.

PARÁGRAFO OITAVO. Nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, o CONCEDENTE designará servidor de seu quadro funcional para acompanhar a fiel execução do presente Convênio, inclusive no relacionamento direto com representantes da CONVENIENTE e, em especial, para o cumprimento do disposto no artigo 65 e parágrafos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011.

CLÁUSULA QUARTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Convênio, no montante de **R\$ 341.697,00** (Trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e noventa e sete reais), sendo **R\$ 203.497,00** (duzentos e três mil, quatrocentos e noventa e sete reais) a serem desembolsados no ano de 2012 e **R\$ 116.400,00** (cento e dezesseis mil e quatrocentos reais) no ano de 2013, às custas da CONCEDENTE, e **R\$ 21.800,00** (Vinte e um mil e oitocentos reais) às custas da CONVENIENTE, que serão alocadas de acordo com a seguinte classificação orçamentária:

Recursos da CONCEDENTE em 2012 e 2013:

Programa de Trabalho	PTRES	Elemento Despesa	Valor	Empenho
14.422.2034.2D54.0001	045955	33.30.00	92.400,00	2012NE800129
14.422.2034.2D54.0001	045955	44.30.00	111.097,00	2012NE800130

Recursos da CONVENIENTE relativos à contrapartida ofertada em recurso financeiro, no valor de **R\$ 21.800,00** (Vinte e um mil e oitocentos reais) em 2012:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

PARÁGRAFO PRIMEIRO. É vedado ao órgão recebedor de recursos liberados pela CONCEDENTE transferi-los, em parte ou todo, a qualquer órgão não descrito no Plano de Trabalho e/ou conta que não a vinculada ao Convênio, mesmo que a título de controle.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Na hipótese de o objeto pactuado vir a ser satisfatoriamente concluído somente com a utilização dos recursos financeiros transferidos pela CONCEDENTE, obriga-se a CONVENIENTE a devolver os recursos financeiros correspondentes a sua contrapartida, se houver, bem como o saldo existente na conta específica para este Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO. As despesas decorrentes da execução do presente instrumento em exercício(s) subsequente(s), no que corresponde a CONCEDENTE, correrão à conta de suas dotações orçamentárias dos respectivos exercícios financeiros, sendo objeto de termo aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho, bem como, se houver, da contrapartida de recursos da CONVENIENTE.

PARÁGRAFO QUARTO. A contrapartida do executor e/ou da CONVENIENTE será demonstrada no Relatório de Execução Físico-Financeiro, bem como na prestação de contas.

CLÁUSULA QUINTA - DA AFERIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

A realização de transferências voluntárias, conforme definidas no caput do art. 25 da LRF, dependerá da comprovação, por parte do conveniente, de que existe previsão de contrapartida na lei orçamentária do Estado, Distrito Federal ou Município.

PARÁGRAFO ÚNICO. A contrapartida, exclusivamente financeira, fica estabelecida em termos percentuais em conformidade com o Artigo 36, parágrafo 1º (incisos I, II, III) e parágrafo 2º (caput) da Lei 12.465/2011.

CLÁUSULA SEXTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos da CONCEDENTE destinados à execução do objeto deste Convênio serão liberados em parcelas(s) conforme disposto no parágrafo 2º do artigo 58 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, e de acordo com o Cronograma de Desembolso constante do Plano de Trabalho, a crédito de conta específica aberta segundo indicado na Cláusula Segunda, Inciso II, Alínea “c”, e vinculada ao presente Instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Após a aplicação dos recursos deste Convênio, será apresentada a prestação de contas final, observado o prazo estabelecido na Cláusula Décima Terceira deste Convênio.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Ocorrendo impropriedades e/ou irregularidades na execução deste Convênio, obriga-se a CONCEDENTE a suspender a liberação de eventuais parcelas subsequentes, se houver, e a notificar, de imediato, o dirigente da CONVENIENTE, a



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

fim de proceder ao saneamento requerido ou cumprir a obrigação, observado o prazo máximo de trinta dias, nos casos a seguir especificados:

a) quando não houver comprovação da correta aplicação dos recursos, na forma da legislação aplicável, inclusive mediante procedimentos de fiscalização local, realizados periodicamente pela CONCEDENTE e/ou pelo órgão competente do Sistema de Controle Interno da Administração Pública Federal;

b) quando verificado desvio da finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das etapas ou fases programadas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução deste Convênio; e

c) quando a CONVENIENTE descumprir quaisquer cláusulas ou condições estabelecidas neste Convênio.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Findo o prazo da notificação de que trata o Parágrafo anterior, sem que as impropriedades e/ou irregularidades tenham sido sanadas, ou cumprida a obrigação, será instaurada a competente Tomada de Conta Especial, por determinação do ordenador de despesas nos termos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, procedendo-se o registro de inadimplência do CONVENIENTE no Cadastro de Convênios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal-SIAFI e no Cadastramento Informativo de Créditos Não Quitados-CADIN.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS NO MERCADO FINANCEIRO

Deverá a CONVENIENTE aplicar os recursos repassados pela CONCEDENTE no mercado financeiro, observando o seguinte:

a) as aplicações serão feitas através da Instituição Bancária detentora da conta corrente do Convênio, em títulos de responsabilidade do Tesouro Nacional, cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados;

b) os rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do presente Instrumento e estão sujeitos às mesmas condições de prestação de contas, não podendo ser computados como contrapartida, se exigida;

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Se a previsão do uso dos recursos liberados for superior ou igual há um mês, a aplicação será feita em caderneta de poupança de Instituição Financeira Oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Quando o destinatário da transferência for estado, Distrito Federal ou município, entidade a eles vinculada ou entidade particular, os recursos transferidos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

a) em caderneta de poupança de instituição financeira oficial, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês; e

b) em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Os rendimentos das aplicações financeiras serão, obrigatoriamente, aplicados no objeto do convênio ou da transferência, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidos para os recursos transferidos.

PARÁGRAFO QUARTO. As receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida, devida pela **CONVENIENTE**.

PARÁGRAFO QUINTO. Não será permitida, em nenhuma hipótese, a aplicação financeira de recursos recebidos, em decorrência de descentralização de créditos, por qualquer órgão da Administração Pública Federal Direta ou entidade da Administração Indireta.

CLÁUSULA OITAVA - DA GLOSA DAS DESPESAS

É vedada a utilização dos recursos repassados pactuados neste Convênio em finalidade diversa da estabelecida no Plano de Trabalho a que se refere este instrumento, bem como no pagamento de despesas efetuadas anterior ou posteriormente ao período de vigência acordado, ainda que em caráter de emergência.

PARÁGRAFO ÚNICO. Os recursos deste Convênio também não poderão ser utilizados:

a) na realização de despesas com taxas bancárias, com multas, juros ou correção monetária inclusive, referente a pagamentos ou a recolhimentos fora do prazo;

b) na realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

c) no pagamento de gratificação, consultoria, assistência técnica ou qualquer espécie de remuneração adicional a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou de entidades da Administração Pública Federal, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal, que esteja lotado ou em exercício em quaisquer dos entes partícipes deste Convênio;

d) na realização de despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social e desde que relacionadas ao objeto deste Convênio e, como tais, previstas no plano de trabalho, das quais não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades, de servidores públicos e/ou de outras pessoas físicas;

e) transferência de recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- f) cobrir despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- g) realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Instrumento, ou atribuir-lhes efeitos financeiros retroativos; e
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO DE BANCOS DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONVENIENTE se compromete a apresentar, de acordo com a metodologia de coleta de dados qualitativos e quantitativos, aprovada pela CONCEDENTE, os resultados que permitam verificar a eficácia e a efetividade da implementação do objeto de convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para cumprimento do disposto no caput a CONVENIENTE deverá ceder os bancos de dados e demais informações sobre execução e atendimento relativos ao presente convênio, no nível de detalhamento que for demandado pela CONCEDENTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A propriedade dos inventos, aperfeiçoamentos, métodos, processos, meios de obtenção, produtos e tecnologias, porventura gerados e desenvolvidos em decorrência deste Instrumento, que sejam patenteáveis ou não no país e / ou no exterior, ou mesmo sujeitos à proteção legal por meio da legislação específica, serão de propriedade da SEPPIR/PR, salvo disposição em contrário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O licenciamento, a industrialização e/ou a comercialização de qualquer produto originado, resultante de atividades cobertas por este instrumento, ficam sujeitos à autorização da SEPPIR/PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As despesas cobradas pelos órgãos oficiais, referentes à proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados junto a esses órgãos, serão discutidos casos a caso por meio de Termo Aditivo e/ou expressas em Termos de Ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, a CONVENIENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigado a devolver à CONCEDENTE:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do Convênio;
- b) o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
- I - quando não for executado o objeto da avença;
 - II - quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas final ou, eventualmente, quando exigida a prestação de contas parcial; e
 - III - quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste Convênio.
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnadas, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- d) o valor corrigido da contrapartida, se houver, quando não comprovada sua aplicação na consecução do objeto conveniado, na forma prevista no Plano de Trabalho; e
- e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ou ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA CONTRATAÇÃO COM TERCEIROS

- a) a CONVENIENTE deverá manter observância quanto à necessidade de cumprimento dos artigos nº 57 ao 61 da Portaria Interministerial MP/MF/MCT nº 507, de 24 de novembro de 2011, quando da contratação de bens e serviços;
- b) as aquisições de bens e contratação de serviços com recursos do presente Convênio, deverão conter Termo de Referência devidamente aprovado pela CONCEDENTE e serem realizadas por meio do SICONV, ou quando não possível, deverá ser realizada cotação prévia de preços no mercado, observado os princípios da impessoalidade, moralidade e economicidade, que também deverá ser registrada no SICONV;
- c) as empresas a serem contratadas deverão ter participado de cotação prévia de preços, ressalvados os casos em que não acudirem interessados à cotação, quando será exigida pesquisa ao mercado prévia à contratação, que será registrada no SICONV e deverá conter, no mínimo, orçamentos de três fornecedores;
- d) as atas e as informações sobre os participantes e as respectivas propostas das licitações deverão ser registradas no SICONV; e



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- f) cobrir despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- g) realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste Instrumento, ou atribuir-lhes efeitos financeiros retroativos; e
- h) efetuar pagamento em data posterior à vigência deste Instrumento, salvo se expressamente autorizada pela autoridade competente da CONCEDENTE e desde que o fato gerador da despesa tenha ocorrido durante a vigência do instrumento pactuado;

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO DE BANCOS DE DADOS E INFORMAÇÕES SOBRE EXECUÇÃO DO OBJETO

A CONVENENTE se compromete a apresentar, de acordo com a metodologia de coleta de dados qualitativos e quantitativos, aprovada pela CONCEDENTE, os resultados que permitam verificar a eficácia e a efetividade da implementação do objeto de convênio.

PARÁGRAFO ÚNICO. Para cumprimento do disposto no caput a CONVENENTE deverá ceder os bancos de dados e demais informações sobre execução e atendimento relativos ao presente convênio, no nível de detalhamento que for demandado pela CONCEDENTE, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da solicitação.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA PROPRIEDADE E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

A propriedade dos inventos, aperfeiçoamentos, métodos, processos, meios de obtenção, produtos e tecnologias, porventura gerados e desenvolvidos em decorrência deste Instrumento, que sejam patenteáveis ou não no país e / ou no exterior, ou mesmo sujeitos à proteção legal por meio da legislação específica, serão de propriedade da SEPP/PR, salvo disposição em contrário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O licenciamento, a industrialização e/ou a comercialização de qualquer produto originado, resultante de atividades cobertas por este instrumento, ficam sujeitos à autorização da SEPP/PR.

PARÁGRAFO SEGUNDO. As despesas cobradas pelos órgãos oficiais, referentes à proteção dos direitos de propriedade intelectual decorrentes, bem como as taxas referentes ao acompanhamento dos processos depositados junto a esses órgãos, serão discutidos casos a caso por meio de Termo Aditivo e/ou expressas em Termos de Ajuste.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESTITUIÇÃO DE RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Convênio, a CONVENENTE, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de Tomada de Contas Especial do responsável, é obrigado a devolver à CONCEDENTE:



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

e) os contratos celebrados à conta dos recursos do presente convênio deverão conter cláusula que obrigue o contratado a conceder livre acesso aos documentos e registros contábeis da empresa, referente ao objeto contratado, para servidores do órgão e para os servidores dos órgãos de controle interno e externo.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A CONVENIENTE, na forma estabelecida no art. 72 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU nº 507/2011, ficará sujeito a apresentar Prestação de Contas Final do total dos recursos recebidos, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término da vigência deste convênio ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento, constituída de:

- I - Relatório de Cumprimento do Objeto;
- II - declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- III - relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos, quando for o caso;
- IV - a relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- V - a relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- VI - comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- VII - termo de compromisso por meio do qual o conveniente ou contratado será obrigado a manter os documentos relacionados ao convênio ou contrato de repasse, nos termos do § 3º do art. 3º.
- VIII - Relação de pagamentos efetuados, indicando o beneficiário, o número do cheque ou documento de transferência, a data do pagamento, o número do documento fiscal.
- IX - Extrato da conta bancária específica do período de recebimento da 1ª parcela até o último pagamento efetuado, contendo toda a movimentação dos recursos, e conciliação bancária, quando for o caso;
- X - Comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se for o caso, à conta indicada pela CONCEDENTE, ou DARF, quando recolhido ao Tesouro Nacional;
- XI - Cópia do despacho adjudicatório e homologação das licitações realizadas ou justificadas para sua dispensa ou inexigibilidade, com o respectivo embasamento legal, quando for o caso; e
- XII - Fotos das obras/serviços ou eventos realizados, quando for o caso.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS DOCUMENTOS DE DESPESA E DA OBRIGATORIEDADE DE SUA APRESENTAÇÃO

As despesas serão comprovadas mediante documentos originais fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome da CONVENIENTE e devidamente identificados com referência ao título e ao número deste Convênio. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de dez anos contados da aprovação da prestação de contas do gestor da CONCEDENTE, pelo Tribunal de Contas da União-TCU, relativa ao exercício em que forem incluídas em suas contas.

PARÁGRAFO ÚNICO. Obriga-se a CONVENIENTE a apresentar, por cópia autenticada, todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste Convênio, a qualquer tempo e a critério da CONCEDENTE, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto neste parágrafo, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, na hipótese de não remessa do documento do prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente Convênio terá vigência até 01/09/2014, a contar o início na data da assinatura.

PARÁGRAFO ÚNICO. A vigência deste Convênio poderá ser prorrogada mediante Termo Aditivo, por solicitação da CONVENIENTE, fundamentada em razões concretas que a justifiquem, formulada no mínimo trinta dias antes do término de sua vigência, desde que aceita pela CONCEDENTE e não mude o objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA DENÚNCIA E DA RESCISÃO

O presente Convênio poderá ser denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou de fato que o torne material ou formalmente inexecutável, sem quaisquer ônus advindos dessa medida, imputando-se às partes as responsabilidades das obrigações decorrentes do prazo em que tenha vigido e creditando-se-lhes os benefícios adquiridos no mesmo período.

PARÁGRAFO ÚNICO. Constitui motivo para rescisão deste Convênio, independentemente do instrumento de sua formalização, o inadimplemento de quaisquer das Cláusulas pactuadas, particularmente quando constatadas as seguintes irregularidades:

- a) utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

- b) aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com o disposto na legislação que rege a matéria e das disposições deste convênio;
- c) constatação de irregularidades de natureza grave, no decorrer de fiscalização ou auditorias; e
- d) falta de apresentação dos Relatórios de Execução Físico-Financeira e da Prestação de Contas Final, ou de prestações de constas parciais, no prazo estabelecido.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA PUBLICIDADE

A publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverão ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, sendo vedado aos partícipes utilizar-se de nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS DOS TRABALHOS

Os resultados técnicos e todo e qualquer desenvolvimento ou inovação tecnológica, decorrentes de trabalhos realizados no âmbito do presente Convênio, serão atribuídos aos partícipes, com os respectivos créditos, de acordo com a Cláusula Segunda.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS BENS

Os bens patrimoniais (equipamentos e material permanente), adquiridos, produzidos e transformados ou construídos com recursos oriundos da CONCEDENTE, permanecerão sob a guarda e responsabilidade da CONVENENTE durante a vigência deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Quando da recepção dos bens e equipamentos adquiridos no âmbito deste convênio, a CONVENENTE deverá informar à CONCEDENTE, no prazo máximo de 2 (dois) dias, para que esta providencie o tombamento e registro junto ao SIAFI, devendo ser enviada a respectiva Nota Fiscal de aquisição.

PARAGRAFO SEGUNDO. Findo o Convênio, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto, verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens patrimoniais acima referidos serão incorporados ao patrimônio da CONVENENTE, mediante Termo de Doação.



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

PARÁGRAFO TERCEIRO. Sendo o Convênio rescindido por quaisquer dos motivos previstos na Cláusula Décima Sexta, bem como não tendo seu curso regular, os bens patrimoniais referidos no caput serão automaticamente revertidos à CONCEDENTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DA EXECUÇÃO

No caso de paralisação parcial ou total das atividades, ou fato relevante que venha a ocorrer, inerente ao objeto do presente Instrumento, fica facultado a CONCEDENTE a prerrogativa de assumir a execução das mesmas, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - DA PUBLICAÇÃO

Incumbirá a CONCEDENTE providenciar, à sua conta, a publicação deste Convênio, em extrato, no Diário Oficial da União, devendo esta ocorrer no prazo de até vinte dias a contar da sua assinatura.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DAS ALTERAÇÕES

Este Convênio poderá ser alterado, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, bem como seu prazo de vigência prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, por meio de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objeto e que a solicitação seja feita no prazo de até 60 (sessenta) dias antes do término de sua vigência.

PARÁGRAFO ÚNICO. Excepcionalmente e mediante justificativa, a CONVENIENTE poderá solicitar a reformulação do Plano de Trabalho, do Projeto, e/ou Termo de Referência, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente da CONCEDENTE, vedada, porém, a mudança do objeto, e desde que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DA AÇÃO PROMOCIONAL

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto do presente Convênio será obrigatoriamente destacada a participação da CONCEDENTE, observado o disposto no parágrafo 1º do art. 37 da Constituição.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS DÚVIDAS

As dúvidas suscitadas na execução deste Convênio serão dirimidas pela CONCEDENTE, por meio da SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL da Presidência da República.




PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE POLÍTICAS DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL

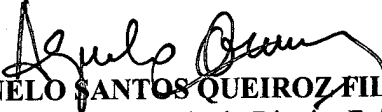
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DO FORO

As dúvidas e controvérsias porventura surgidas em função da execução deste Instrumento de Convênio, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão apreciadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Federal.

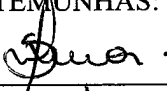
E, por assim, estarem plenamente de acordo, os partícipes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos deste Instrumento de Convênio, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 3 (três) vias de igual teor e forma, para um só efeito, que vão assinadas pelos representantes dos partícipes e com as testemunhas abaixo nomeadas e identificadas.

Brasília/DF, 03 de julho de 2012.

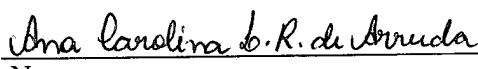

LUIZA HELENA DE BAIRROS
Ministra de Estado Chefe da Secretaria de
Políticas de Promoção de Igualdade Racial


AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO
Governador do Estado do Distrito Federal

TESTEMUNHAS:



Nome: Maria Selma de Oliveira
CPF: 505019841-00
CI: 1107752-DF



Nome:
CPF: 713057341-49
CI: 1916025 SSP/DF